

Congresso acaba desacreditado

Apesar da Constituição que criou, Legislativo se debate contra descrédito da opinião pública

BRASÍLIA — O Congresso Nacional que encerra as atividades alcançou a conquista de ter elaborado a Constituição de 1988, que restitui ao Legislativo todas as prerrogativas que lhe foram retiradas durante o período do regime militar, de 1964 a 1985, e ainda as amplia. Mesmo assim, não conseguiu fazer valerem todas as suas atribuições previstas no texto. Isso porque senado-

res e deputados demoraram em aprovar os novos regimentos internos da Câmara e do Senado, e o Regimento Comum, do Congresso, ainda nem foi iniciado.

A Mesa da Câmara chegou a agir para moralizar a conduta de deputados. Cassou, por exemplo, o mandato de dois deputados — Felipe Cheldde, de São Paulo, e Mário Bouchardet, de Minas Gerais — por excesso de faltas, providência inédita na Casa. Mas, paradoxalmente, o mesmo Congresso autor de uma Constituição que determina a independência entre os três poderes e aumenta benefícios so-

ciais, entre outros avanços democráticos, encerra o mandato desacreditado pela opinião pública.

Prova do descrédito é o alto índice de renovação que o Congresso sofreu nas eleições de 3 de outubro — a Câmara terá 62% dos deputados trocados. (No Senado, a mudança será menor, já que apenas um terço das cadeiras esteve em jogo nas urnas.)

Outro dado que confirma o desprestígio é o alto número de votos em branco e nulos apurados nas eleições, interpretados como protesto contra a classe política, tanto que deputados reeleitos formaram

um grupo destinado a recuperar a boa imagem para os parlamentares (leia texto ao lado).

“Com os votos nulos e em branco, a sociedade nos mostrou o desencanto com a instituição política, e isso nos fez parar para pensar”, confirma Antônio Britto (PMDB-RS). Ele é de opinião de que as segundas eleições nos últimos anos também prejudicaram a atuação dos parlamentares. “Como dado positivo, destaco o fato de ter crescido a consciência de que não é possível a Câmara cumprir seu papel sem sofrer profundas reformas”, observa Britto, um dos integrantes do grupo que ten-

ta melhorar a imagem do Legislativo.

O deputado José Genoíno (PT-SP), outro membro do mesmo grupo, atribui a queda de prestígio dos parlamentares ao fato de não terem mantido o ritmo de trabalho conseguido durante a Assembleia Nacional Constituinte (de fevereiro de 1987 a outubro de 1988). E César Maia (PDT-RJ) critica o desinteresse dos deputados em “assunto sério”, como o orçamento. “A maioria nem leu um resumo do que estava em votação”, observa. “Coisas desse tipo mancharam a reputação do Congresso nos últimos anos.”